

Deliberação nº 60 – 1ª Câmara

Aprovada em 05.12.85 – Processo nº 361/85-49

Interessado: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Assunto: Registro da obra “Introdução à Linguagem Basic”, do Autor Roberto Nogueira de Souza.

Relator: Cons. Hildebrando Pontes Neto

Ementa

Registro. Linguagem de Software. Idéias, métodos e sistemas, falta de criatividade e originalidade.

I Relatório

O Chefe do Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional, com base no art. 18 da Lei de Regência, solicita decisões desta 1ª Câmara acerca da possibilidade de registro da obra “Introdução à Linguagem Basic”, de autoria do Sr. Roberto Nogueira de Souza.

II – Análise

O trabalho versa sobre o uso da matemática, através do sistema “Basic”, (Linguagem de programação para computadores), que segundo o autor “é uma linguagem útil para fins científicos”.

A Resolução nº 5, de 8/12/76, no seu art. 1º, fixa normas para o registro intelectual nos órgãos a que se refere o art. 17 da Lei nº 5.988/73 – Reserva para a Biblioteca Nacional o registro de livros...

Além do mais, tratou como indispensável que as obras para serem protegidas deveriam ter a natureza literária, artística e científica.

A Resolução 18, de 16/10/79, derogou tais expressões enquadrando o entendimento nos termos do art. 6º da Lei nº 5.988/73 e seus incisos.

Este dispositivo exige para uma efetiva proteção, que as obras intelectuais sejam revestidas dos requisitos da criatividade e originalidade.

A introdução à “Linguagem Basic” nada mais é do que um sistema para computação. É uma linguagem puramente técnica de programações, não possuindo as características exigíveis para identificá-la como criação do espírito.

Além do que, esta 1ª Câmara já consagrou o entendimento de que idéias, métodos e sistemas não são suscetíveis de proteção autoral.

III – Voto

Pelo indeferimento do pedido de registro com base no art. 18 da Lei nº 5.988/73 por faltar à obra originalidade, “condição sine qua non” para o seu reconhecimento como obra de criação intelectual nos termos do art. 6º e incisos prescritos pela Lei de Regência.

São Paulo, 05 de dezembro de 1985

Hildebrando Pontes Neto
Conselheiro-Relator

IV – Decisão da Câmara

A Primeira Câmara, à unanimidade, acompanhou o voto do Conselheiro Relator.

São Paulo, 05 de dezembro de 1985.

Antônio Chaves
Conselheiro

Romeo B. Nunes dos Santos
Conselheiro

Marco Venício M. de Andrade
Conselheiro

D.O.U. 26.12.85 – Seção I – Pág. 19.084